



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_ DE 2022**

Autoria: Vereador Policial Federal Suender – PRTB

*Estabelece atribuições ao Vice-Prefeito do Município de Anápolis e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Anápolis aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Compete ao Vice-Prefeito:

I – Assistir o prefeito no exercício de suas atribuições, assessorando-o nos assuntos político-administrativos, sociais e econômicos;

II – Representar o Prefeito nas solenidades oficiais, quando designado;

III – Participar da elaboração dos planos de gestão fiscal, em observância das Leis, do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária e Programação financeira;

IV – Assessorar tecnicamente o prefeito, mantendo-o informado sobre os principais acontecimentos relativos às atividades das secretarias e do Plano de Ação do Governo;

V – Participar da elaboração das metas fiscais exigidas pela LC nº 101/2000, no que se refere às receitas e despesas, resultado nominal e primário, bem como limites de aplicação constitucionais em educação e saúde;

VI – Assessorar o Prefeito no desempenho de missão oficial;

VII – Propor medidas de aperfeiçoamento ou redirecionamentos de programas, projetos e atividades em execução, a fim de otimizá-las;



VIII – Acompanhar e fiscalizar a execução e o cumprimento de contratos, ajustes, acordos e atos similares com órgãos e entidades públicas ou privadas, firmados pelo Município, na condição de gestor de contratos, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93;

IX – Acompanhar os projetos do Executivo em tramitação no legislativo;

X – Analisar relatórios e demonstrativos econômicos e financeiros da administração direta e indireta do Município;

XI – Gerenciar o patrimônio do Município, através de normatização e supervisão;

XII – Acompanhar diretamente os processos licitatórios;

XIII – Gerenciar e modernizar a aplicação da Lei de Transparência, a fim de manter os canais de comunicação atualizados, garantindo o acesso à informação, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011;

XIV – Exercer outras atribuições delegadas pelo Prefeito;

XV – Prestar à Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, as informações que lhe forem solicitadas;

XVI – Comparecer à Câmara Municipal para prestar informações, seja por iniciativa própria, ou quando convocado pela Casa, devendo fazê-lo, no último caso, num prazo de 15 (quinze) dias.

XVII – Demais atribuições e competências previstas nesta Lei Orgânica.

§1º. Além dessas atribuições, o Vice-Prefeito poderá, interinamente, exercer atribuições de Secretários Municipais, oportunidade em que deverá optar por uma das remunerações, vedada a cumulação de vencimentos.



**CÂMARA  
MUNICIPAL  
DE ANÁPOLIS**



**§2º.** O Vice-Prefeito utilizará a mesma estrutura funcional já disponibilizada ao gabinete do Prefeito.”

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Anápolis, 28 de julho de 2022.



**POLICIAL FEDERAL SUENDER**

Vereador – PRTB



### JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem por objetivo resguardar os princípios constitucionais previstos no artigo 37 da Carta Magna da República, buscando estabelecer, de forma clara, atribuições ao Vice-Prefeito Municipal, que até o momento se encontra sem a devida previsão legal.

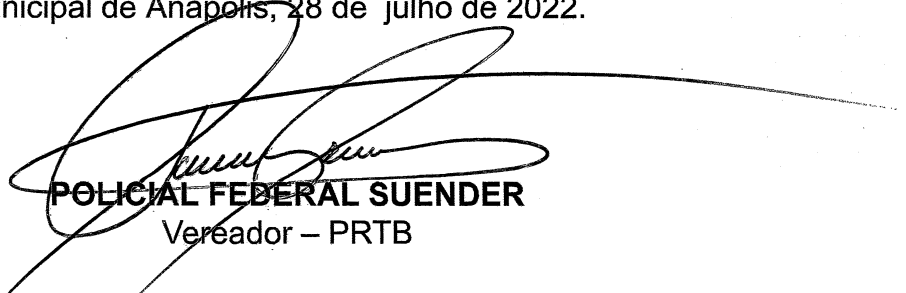
Importa observar que as atribuições especificadas neste Projeto não interferem, nem afrontam as atribuições do Prefeito, mas, pelo contrário, as complementam e visam contribuir para a eficácia no desenvolvimento das atribuições do próprio Prefeito, bem como a otimização das atividades da Administração Pública Municipal.

Este Projeto tem por esteio o princípio constitucional da moralidade, principalmente no âmbito da Administração Pública, tão visado e ansiado pela sociedade Anapolina, e tão essencial ao bom funcionamento administrativo desta cidade.

Ademais, este Projeto visa garantir maior eficiência ao trabalho do Vice-Prefeito, uma vez que explicita claramente suas funções e atribuições, outrora vagas, além de promover uma melhor organização administrativa, bem como economias ao erário, uma vez que diversas funções poderão se atrelar ao gabinete do Vice-Prefeito, dentre as quais podemos destacar as Secretarias Gestoras.

Assim, com esta Emenda à Lei Orgânica, o Vice-Prefeito alcançará mais efetivamente a população, mediante uma participação bem mais ativa na administração pública, executando suas atribuições e prestando um serviço de melhor qualidade à população.

Câmara Municipal de Anápolis, 28 de julho de 2022.

  
**POLICIAL FEDERAL SUENDER**  
Vereador – PRTB